



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0010821-78.2014.8.24.0600

Ação: Inspeção / Inspeção

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 2ª Vara da comarca de Gaspar

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 14/2014

Período da inspeção: de 5 de maio a 7 de julho de 2014

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Técnica Correicional: Izaura Elfrida Hack

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinato Schappo

Analista Jurídica: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 18/2014 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ/Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



UNIDADE INSPECIONADA

Comarca: Gaspar

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Gaspar e Ilhota

Juiz Titular: Rafael Germer Conde

Chefe de cartório: Ivete Trapp Dirksen

Última inspeção por equipe da CGJ/SC: de 8 a 12/11/2010 – CGJ 1225/2010

Competência: Resolução n. 06/05-TJ: "Art. 1º Em decorrência desta Resolução: (...) II – na comarca de Gaspar: a) cria-se a 3ª Vara, com competência privativa, na área cível, para processar e julgar execuções fiscais de qualquer origem e natureza, e, na área criminal, para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), Presidência do Tribunal do Júri, cartas precatórias criminais, execução penal e corregedoria dos Presídios (art. 93 do CDOJESC); b) permanecem com a 1ª Vara a competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente) e a matéria de acidentes do trabalho (art. 100 do CDOJESC); c) as demais atribuições previstas nos arts. 94 a 99 do CDOJESC serão exercidas por distribuição para a 1ª e a 2ª Varas."

Entrância: final

Data da instalação/ lei de criação: 14/11/2001 - LC 181, de 21/09/99.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | Valor | |
|---------|---|-------|------------------------|
| 1.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | - | |
| 1.1.2 | Processos em andamento | - | |
| 1.1.3 | Procedimentos em andamento | - | |
| 1.1.4 | Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias | - | |
| 1.1.4.1 | (Listar as filas referentes a processos ativos encontradas) | - | |
| | Indicador | Valor | |
| 1.1.5 | Outros setores | Total | Total mais de 100 dias |
| 1.1.5.1 | Contadoria | - | - |
| 1.1.5.2 | Ministério Público | - | - |
| 1.1.5.3 | Serviço Social | - | - |
| 1.1.6 | Observações | | |

Informações obtidas em 28-8-2014.
A implantação do SAJ5 na comarca está prevista para 13-10-2014.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ/ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | | Valor |
|-------|---|-------|-------|
| 1.2.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | | 8.751 |
| 1.2.2 | Processos em andamento | 8.577 | |
| 1.2.3 | Procedimentos em andamento | 174 | |
| 1.2.4 | Processos sem movimento há mais de 180 dias | 1.355 | |
| 1.2.5 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2014.

PROCESSOS EM CARGA

| | Indicador | | Valor |
|--------|--|-------|------------------------|
| 1.2.6 | Quantidade total de processos em carga | | 3.113 |
| | LOCAL | Total | Total mais de 100 dias |
| | Cargas internas | | |
| 1.2.7 | Contadoria | 200 | 5 |
| 1.2.8 | Distribuição | 4 | 0 |
| 1.2.9 | Juízes (Cássio José Lebarbenchon Angulski, Cibelle Mendes Beltrame, Daniel Radünz, João Baptista Vieira Sell, Rafael Germer Condé) | 2.331 | 132 |
| 1.2.10 | Ministério Público | 237 | 24 |
| 1.2.11 | Assistente Social | 2 | 1 |
| 1.2.12 | Psicólogo | 1 | 0 |
| | Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ | | |
| 1.2.13 | Advogado | 275 | 52 |
| 1.2.17 | Peritos | 51 | 3 |
| 1.2.18 | Procuradoria do INSS | 12 | 0 |
| 1.2.19 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2014.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

| | Período | Total | Média mensal |
|--------|---|-------|--------------|
| 1.2.20 | Janeiro a dezembro de 2012 | 2.121 | 177 |
| 1.2.21 | Janeiro a dezembro de 2013 | 2.803 | 234 |
| 1.2.22 | Janeiro a julho de 2014 (mês anterior ao da consulta) | 1.572 | 225 |
| 1.2.23 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|--------|--|---|----------------------|---------------------|
| 1.3.1 | Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro | 3 | 5 |
| 1.3.2 | Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 27 | 4 |
| 1.3.3 | Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos" | | 36 | 4 |
| 1.3.4 | Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)" | | 9 | 3 |
| 1.3.5 | Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido") | | 8 | 1 |
| 1.3.6 | Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados | | 22 | 9 |
| 1.3.7 | Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos | | 18 | 0 |
| 1.3.8 | Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC | O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.3.9 | Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA | O relatório não deve trazer registro | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.3.10 | Observações | a) Primeira verificação em 30-4-2014. b) Segunda verificação em 27-8-2014. b) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade. | | |



| 1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS | | | | | |
|--|--|----------------------|-------|---------------------|-------|
| | Indicador | Valor | | | |
| | | Primeira verificação | | Segunda verificação | |
| | | Total | + 30d | Total | + 30d |
| | Atendimento | | | | |
| 1.3.11.1 | Cartório - recebido do advogado | 4 | 1 | 21 | 5 |
| | Remessa - recebimento - relação - certificação | | | | |
| 1.3.11.2 | Cartório - aguardando | 109 | 62 | 81 | 73 |
| 1.3.11.3 | Cartório - aguardando AR | 151 | 29 | 186 | 91 |
| 1.3.11.4 | Cartório - aguardando carta precatória | 256 | 206 | 153 | 127 |
| 1.3.11.5 | Cartório - aguardando confecção de relação | 49 | 0 | 4 | 2 |
| 1.3.11.6 | Cartório - aguardando mandado | 178 | 95 | 198 | 142 |
| 1.3.11.7 | Cartório - aguardando publicação de relação | 1.196 | 408 | 1.412 | 256 |
| 1.3.11.8 | Cartório - arquivar | 97 | 82 | 125 | 111 |
| 1.3.11.9 | Cartório - escaninho da Delegacia | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.10 | Cartório - escaninho do Advogado | 35 | 11 | 18 | 11 |
| 1.3.11.11 | Cartório - escaninho do Juiz | 236 | 78 | 227 | 53 |
| 1.3.11.12 | Cartório - escaninho do Juiz (assinaturas) | 7 | 3 | 9 | 9 |
| 1.3.11.13 | Cartório - escaninho do Promotor | 9 | 1 | 23 | 1 |
| 1.3.11.14 | Cartório - prazo 1 a 31 | 404 | 212 | 498 | 307 |
| | Expedição - cumprimento | | | | |
| 1.3.11.15 | Cartório - cumprir despacho | 527 | 293 | 916 | 471 |
| 1.3.11.16 | Cartório - cumprir despacho urgente | 6 | 0 | 23 | 20 |
| 1.3.11.17 | Cartório - expedir alvará | 9 | 0 | 11 | 1 |
| 1.3.11.18 | Cartório - expedir correspondência | 38 | 2 | 83 | 26 |
| 1.3.11.19 | Cartório - expedir edital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.20 | Cartório - expedir formal | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.21 | Cartório - expedir mandado | 17 | 1 | 12 | 6 |
| 1.3.11.22 | Cartório - expedir precatória | 2 | 0 | 1 | 1 |
| | Organização - juntada | | | | |
| 1.3.11.23 | Cartório - aguardando juntada | 1.467 | 841 | 1.085 | 426 |
| 1.3.11.24 | Cartório - aguardando petição | 133 | 40 | 177 | 107 |
| 1.3.11.25 | Cartório - aguardando resposta de ofício | 7 | 1 | 18 | 14 |
| 1.3.11.26 | Observações | | | | |
| | a) Primeira verificação em 30-4-2014. | | | | |
| | b) Segunda verificação em 27-8-2014. | | | | |
| | c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico". | | | | |



1.4 SAJ/CARTÓRIO

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|--|---|----------------------|---------------------|
| 1.4.1 | Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias. | O relatório não deve trazer registro | 74 | 14 |
| 1.4.2 | Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.3 | Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.4 | Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.5 | Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.6 | Réu preso | O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais | 1 | 3 |



| | | | | |
|---|--|---|-------|-----|
| 1.4.7 | Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1/1/1900 a 31/03/2014) | O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes | 3.505 | 738 |
| | Petição intermediária | | 1.699 | 344 |
| | Peticionamento eletrônico | | 0 | 0 |
| | Mandados | | 55 | 22 |
| | AR | | 148 | 75 |
| | Execução de sentença | | 0 | 0 |
| | Incidente processual | | 49 | 32 |
| | Ação incidental | | 0 | 0 |
| | Movimentação | | 256 | 42 |
| | Pauta de audiências | | 6 | 0 |
| | Carga | | 817 | 40 |
| | Cartas recebidas | | 1 | 1 |
| | Processo | | 250 | 87 |
| | Recurso | | 7 | 2 |
| | Usuário | 217 | 93 | |
| 1.4.8 | Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 62 | 0 |
| 1.4.9 | Mandados de prisão em aberto com erros | | 0 | 0 |
| 1.4.10 | Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias | | 167 | 91 |
| 1.4.11 | Observações | | | |
| a) Primeira verificação em 30-4-2014. b) Segunda verificação em 28-8-2014. c) item 1.4.1: não foram verificados os registros anteriores em face da Circular n. 120/2014, que fixou novo parâmetro para regularização a partir de 1-7-2012. d) item 1.4.7: diante da considerável baixa de petições intermediárias, realizou-se amostragem em trinta registros e constatou-se que só houve a baixa das pendências em que as petições foram efetivamente juntadas, o que demonstra que a unidade realizou os ajustes de forma correta. e) Item 1.4.8: Na primeira verificação, dos 62 processos, 43 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 19 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". | | | | |



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|--|--------------------------------------|----------------------|---------------------|
| 1.5.1 | Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas). | O relatório não deve trazer registro | 1.986 | 1.132 |
| 1.5.2 | Meta 2 - 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2010 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais. | | - | 123 |
| 1.5.3 | Meta 4 – ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012. | | - | 1 |
| 1.5.4 | Meta 6 – ações coletivas distribuídas até 31-12-2011. | | - | 8 |
| 1.5.5 | Programa de Julgamento Prioritário (PJP) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2009 - processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri. | | - | 535 |
| 1.5.6 | Observações: Os relatórios dos itens 1.5.2 a 1.5.5 não eram extraídos na data da primeira verificação. | | | |

a) Primeira verificação em 2-5-2014.
b) Segunda verificação em 28-8-2014.
b.1) Mês de referência dos itens 1.5.2 a 1.5.5: julho de 2014.



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|--|-------------------------|-------------------------|
| 1.6.1 | JUSTIÇA ABERTA - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1) | As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Corretamente alimentado | Não alimentado |
| 1.6.2 | SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos | Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.3 | SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.4 | CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.5 | CNCIAI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória | Parcialmente alimentado | Parcialmente alimentado |

a) Primeira verificação em 2-5-2014.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 7-4-2014

a.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro Foro" e "recebido em outro Foro". Dentre as ações processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que o processo n. 025.98.004074-9 é passível de registro no CNCIAI do CNJ.

b) Segunda verificação em 28-8-2014.

b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 17-4-2014.

b.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro Foro" e "recebido em outro Foro". A Chefe de Cartório informou que está aguardando liberação de usuário e senha. Na data da segunda verificação, o processo identificado na primeira verificação passível de inclusão no CNCIAI (025.98.004074-9) ainda não estava cadastrado no sistema.



2.3 CUIDA - CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|---|----------------------|---------------------|
| 2.3.1 | Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento) | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ | Não se aplica | Não se aplica |
| 2.3.2 | Observações | Não se aplica em face da competência da unidade. | | |



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ/Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o presente relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade inspecionada.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 03 de outubro de 2014.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Cristiane Bernadete de Souza
Analista jurídica